


Educação para as relações étnico-racial: o papel do professor na construção da identidade antirracista

Education for ethnic-racial relations: the teacher's role in the construction of anti-racist identity

 Alex Leonardo Ribeiro *
Juliane Pereira da Silva **
Anna Emanuelle Ribeiro ***

Recebido em: 11 dez. 2020
Aprovado em: 11 nov. 2022

Resumo: Este artigo discorre sobre a educação para as relações étnicas raciais. Tem como objetivo investigar qual o papel do professor na construção da identidade antirracista. O texto justifica-se pela necessidade de combater o racismo institucional em sala de aula e assim contribuir para a diminuição da evasão escolar por parte de alunos negros. O artigo visa ainda responder, sobre quais práticas pedagógicas os professores podem elaborar para a construção da identidade do estudante? Como método, será utilizada a pesquisa qualitativa com técnicas de revisão bibliográfica e análise de conteúdo.

Palavras-chave: Construção de identidade. Práticas Pedagógicas. Negros.

Abstract: This article discusses education for ethnic racial relations. It aims to investigate the role of the teacher in the construction of an anti-racist identity. It is justified by the need to combat institutional racism in the classroom and thus promote the reduction of school dropout by black students. The text still aims to answer about which pedagogical practices teachers can elaborate to build the student's identity? As a method will be used qualitative research with techniques of literature review and content analysis.

Keywords: Identity construction. Practices pedagogical. Blacks.

* Alex Leonardo Ribeiro é pedagogo, sociólogo, psicanalista; especialista em Educação e Promoção da Saúde – UnB; em Educação Para Diversidade e Cidadania em Direitos Humanos – UFG; em Análise Política e Políticas Públicas – UnB; mestre em Ciências e Tecnologias em Saúde – UnB. Assessor de Natureza Especial na SEL/DF. Contato: alexleonardoribeiro@gmail.com

** Juliane Pereira da Silva é Pedagoga. Professora no Colégio Projecção. Contato: professora.julianesilva@gmail.com

*** Anna Emanuelle Ribeiro é licenciada em Letras Port/Inglês. É pedagoga. Especialista em Gestão Educacional. Diretora Escolar em CEPI. Contato: annaemanuelle@gmail.com

Introdução

A discussão sobre as relações raciais no Brasil é uma temática polêmica e intensa nas relações humanas pois, é perceptível a variação da conduta de indivíduos tanto no Brasil, como no mundo, quando se trata da pluralidade racial em suas diversas esferas, muitas vezes, negando consciente e inconscientemente que a igualdade é um direito humano universal de todas e todos. Portanto no Brasil, esse direito não se cumpre quando: segrega, exclui, invisibiliza e estigmatiza pessoas por motivação étnico-racial.

Não é difícil nos depararmos com situações de racismo no nosso cotidiano, segundo Felici (2010), a escola é um espaço produtor de preconceitos, seja por meio de piadas com termos pejorativos diminuindo os alunos negros, levando-os a pensar que não são capazes de ir além do serviço braçal, ou, em outras ocasiões, há a omissão ou até mesmo racismo por parte dos professores. Conforme Moreira; Carneiro (2019), a sociedade brasileira, habituou-se a escamotear o preconceito e a discriminação, com humor e brincadeiras, cítricas, hábito enraizado que contribui para que comportamentos inaceitáveis sejam perpetrados. Para Moreira (2019), o racismo disfarçado de humor é um projeto de dominação social, que busca de certa forma “democratizar” a prática de racismo, sendo no cotidiano escolar bem comum o racismo recreativo.

Quando não é dada a devida importância à situação, cria-se um constrangimento, promovendo uma cultura imposta aos alunos negros ou de outras etnias, que são hostilizados e se sentem deslocados, excluídos e não bem-vindos. Tal comportamento reflete sobre sua presença e aceitação a um grupo coletivo de alunos, uma turma e até mesmo em toda escola, estabelecendo dificuldades de aceitar suas origens, por vergonha, medo e angústia de frequentar o ambiente escolar, deixando esse aluno mais suscetível ao analfabetismo formal e a evasão escolar, sendo as motivações que justificam a escolha do tema de pesquisa.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Educação 2019) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): 71,7% dos jovens fora da escola são negros, e apenas 27,3% destes são brancos. O mesmo estudo demonstra a desigualdade de acesso à educação nos índices de analfabetismo. Em 2019, 3,6% das pessoas brancas de 15 anos ou mais eram analfabetas, enquanto entre as pessoas negras esse percentual chega a 8,9%.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs indicam Pluralidade Cultural e, de acordo com Souza (2001), teria sido uma maneira de atender aos movimentos negros da década de 80, para que fossem descritas e trabalhadas as diferenças de culturas e, portanto, faltou

uma orientação e justificativa plausível para orientar as ações propostas.

Movimentos sociais, vinculados a diferentes comunidades étnicas, desenvolveram uma história de resistência a padrões culturais que estabeleciam e sedimentava justiça. Gradativamente conquistou-se uma legislação anti-discriminatória, culminando com o estabelecimento, na Constituição de 1988: 1), da discriminação racial como crime. Mais ainda, há mecanismos de proteção e de promoção de identidade étnicas, como a garantia, a todos, do pleno exercício dos direitos culturais. 2), assim como apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais. 1. Art. 5º, parágrafo XLII: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. 2. Art. 5º, parágrafos VI e IX: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença; é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. (SOUZA, 2001 apud CAVALLEIRO, 2001, p. 55).

Favorável às orientações propostas pelos PCNs, para uma educação antirracista, em 1988 conquistou-se o direito constitucional, como menciona a autora, que torna discriminação racial, ou prática de racismo como crime e prevê também direito a liberdade de expressão e exercício das práticas culturais de diferentes etnias, englobando toda parte cultural e diversificada da cultura e ancestralidade do povo negro.

E mesmo com esses documentos, apoiadores ao ensino que enfatizam as raízes africanas, afro-brasileiras, em busca de um processo educacional saudável para a comunidade escolar, já que o racismo nas relações escolares atinge alunos, professores e familiares, fazemos ainda a pergunta: Qual o papel do professor na construção da identidade do educando para uma cidadania antirracista?

Por meio da leitura de algumas obras já realizadas, pretende-se: investigar qual o papel do professor na construção da identidade do educando para cidadania antirracista. Além disso, este artigo visa (1) refletir sobre a relevância do ensino e conscientização acerca da riqueza cultural e histórica dos afrodescendentes; (2) verificar as dificuldades enfrentadas pelos professores ao abordar a história de nossos ancestrais; e, (3) caracterizar as responsabilidades da escola para romper com preconceito racial.

Desta forma, esse artigo foi desenvolvido com abordagem qualitativa que segundo Godoy (1995) se dá por caráter descritivo, tem o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como instrumento principal. A pesquisa qualitativa é uma metodologia de caráter exploratório, seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado, em outras palavras, busca compreender o comportamento do objeto de pesquisa, estudando as suas particularidades e experiências individuais, entre outros aspectos, preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados,

centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais.

Para Gil (1991), as técnicas de pesquisa estão relacionadas à coleta de dados (parte prática da pesquisa), portanto, as técnicas são conjuntos de normas usadas especificamente em cada área das ciências, podendo-se afirmar que a técnica é a instrumentação específica da coleta de dados. A pesquisa científica proporciona a resolução de problemáticas relevantes para a sociedade. Como técnica será utilizada a revisão de bibliografias, onde será retirado os principais dados, para legitimar a pesquisa, com o intuito de acrescer ao conhecimento do professor e despertar o interesse para melhor aproveitar a oportunidade de contribuir com a formação de uma sociedade antirracista por meio da educação.

Justificando a revisão bibliográfica será usado a análise de conteúdo como técnica, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, na averiguação de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico e produção de sentido cotidiano. Estes sentidos nem sempre são manifestos e o seu significado não é único, sendo que, as ciências sociais não trabalham com verdades únicas.

De acordo com o conceito de Gil (1991) a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado. Foram pesquisados os sites da Scientific Electronic Library Online (SciELO), destacando alguns conteúdos teóricos as obras de diversos autores tais como: Ribeiro (2012), Munanga (2005) e Cavalleiro (2001).

Marco Histórico e Político

Ao longo da História da humanidade foram diversas as lutas e conseqüentemente as conquistas em busca da igualdade social, humana e por direitos “igualitários”, alguns documentos importantes têm como intenção principal, extinguir pensamentos e atitudes racistas e visam assegurar os direitos humanos e das pessoas negras, como exemplo: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); no Brasil, a Lei Afonso Arinos (1951), que proíbe a discriminação racial no País e, a partir daí, surgem diversos movimentos em prol da extinção de qualquer forma de preconceito racial. Conforme Guimaraes, “Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais” (GUIMARAES, 1999, p.11). Assim, as classificações, estigmas, rótulos dado ao povo negro gera um marcador de diferenças, com finalidade de excluir, diminuir e ridicularizar grupos uma comunidade que representa com 56% da população brasileira, de acordo com o IBGE em 2018, para alguns estudiosos, raça é uma construção sociológica,

hierarquizada para que uns tenham privilégios e vantagens sobre o outro: é também um conceito construído para justificar o crime da escravização de pessoas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos se abre com a afirmativa de que, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (Artigo I, p. 04). Consideramos que a Declaração fala de igualdade em direitos e dignidade, assim entendemos que o Ser humano é único, sem distinção de valores, raça, cultura ou religião, pois esses aspectos não fazem uma pessoa superior à outra.

Em seu artigo IV a Declaração Universal dos Direitos Humanos cita sobre a escravidão, onde diz que “ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”. Este parágrafo deixa claro contra qualquer configuração de escravidão, neste contexto não se fala apenas dos homens negros, mas generaliza, abominando a escravidão e o tráfico de escravos. O documento discorre ainda sobre igualdade de justiça, direito de defesa, assistência médica, direitos de fundir uma família, liberdade de pensamento, escolha de religião entre outros que contribuíram significativamente no avanço e busca por igualdade social.

Como resultado da busca pela igualdade foi conquistado perante a Constituição Federal de 1988 a Lei que determina a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, (Art. 5º, inc. XLII), também na Constituição é garantido o direito e liberdade de expressão artística e religiosa.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a Educação é direito que possibilita o desenvolvimento do sujeito, sendo a escola a responsável por socializar, enfatizam ainda sobre a pluralidade cultural que dá a ideia da importância de tratar as questões culturais Africanas já que fazem parte da construção da identidade do brasileiro, porém, não é de cunho obrigatório, pois não se trata de uma Lei.

Em 2003 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) oficializa a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira nas escolas, mais especificamente nos Ensinos Fundamental e Médio, percebemos então a necessidade de extinção do racismo por meio da escola, da educação e da conscientização:

Capítulo II - Da Educação Básica Seção I - Disposições Gerais
Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. § 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro,

especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia. (BRASIL, p. 1, 1996)

De acordo com Cavalleiro (2001), a aplicação e o aperfeiçoamento da legislação são decisivos mas não suficientes. Para que se consiga êxito na construção de uma sociedade livre de preconceitos e práticas racistas, há a necessidade de uma educação com medidas voltadas para a construção de uma ética, que resgate vínculos em relação aos que foram historicamente alvo de injustiça. Assim todo avanço diante das Leis, precisa de um longo e árduo trabalho de inclusão que envolva o campo educacional visando formar novos cidadãos, livres de pensamentos e atitudes estereotipadas e discriminatórias.

A Educação Escolar e as Exclusões

Conforme Trindade (2002), por mais que se esteja vivendo em uma sociedade moderna e desenvolvida, ainda ocorre no cotidiano das escolas, da rua, e da sociedade como um todo, preconceitos absurdos e sem o mínimo de respeito pela dignidade humana. Vivemos em um país onde a mistura de raças é bem nítida e a prática de preconceito para com o outro em diversos âmbitos da sociedade é ainda comum e é a partir da educação da convivência de comunidades de jovens, nas turmas que o preconceito começa a se manifestar. Por isso é importante que ele seja combatido quando ainda o preconceito ainda se apresenta como “brincadeiras”.

Segundo Moreira (2018), o conceito de racismo creativo aponta para uma política cultural que utiliza o humor para expressar, preconceito, racismo, machismo, misoginia, homofobia e hostilidade em relação a minorias raciais e sociais. O humor racista se sustenta como uma engrenagem cultural que fomenta a discriminação, mas que ao mesmo tempo permite que pessoas brancas possam manter uma autoimagem positiva de si mesmas, buscando justificativas para o discurso racista.

De acordo com Calhau (2009), o bullying se alicerça em ameaçar ou intimidar alguém, humilhar por qualquer motivo, excluir, segregar, discriminar por cor, raça, etnia, deficiência física ou mental, identidade de gênero ou orientação sexual, falar mal sem motivos, etc. Agressões verbais são mais comuns do que agressões físicas e, na escola, elas ocorrem com bastante frequência se configurando em diversas formas, ora por práticas recreativas ofensivas, ora por ofensas em sua integralidade, sendo necessária a escola e seus pares, busquem recursos pedagógicos educativos, conscientizado sobre os malefícios do *bullying* todas formas de discriminações e preconceitos, deixando bem claro aos estudantes quais consequências que são geradas na vítima.

Segundo Munanga (2005), a escola quando instrumentalizada é um lugar importante para se trabalhar,

estudar e compreender a pluralidade cultural e a igualdade social e onde professores e alunos estão frente a frente com todas questões plurais existente o universo escolar. É um local em que diversas situações são desfavoráveis ao educando negro, assim como de outras etnias. Ribeiro (2018) destaca que é preciso que estados e municípios promovam políticas de formação permanente e continuada para os profissionais da educação, ainda forneçam cursos de formação para educandos e seus familiares, construindo redes antirracistas. É também na escola onde a criança é alfabetizada que constroem suas inter-relações, lugar onde o pré-adolescente e adolescentes vão desenvolvendo suas personalidades e identidades, espaço de pertencimento de fala e empoderamento do discurso, aprendendo se expressar com clareza, o convívio social sendo importante para trabalhar as várias diferenças existentes entre os sujeitos, construindo uma sociedade que respeite e entenda as identidades de gêneros, as identidades raciais, as diversidades culturais, religiosas compreendendo diferentes modos de vida que não são iguais em suas vivências.

As experiências negativas vivenciadas pelas crianças e adolescentes negros, no modelo de sociedade discriminatória brasileira, fazem com que elas sejam levadas a construir negativamente imagens sobre si mesmas, sobre suas raízes e até mesmo uma negativa acerca da ancestralidade. Ribeiro (2018) afirma que a escola pública, no entanto, que é basicamente constituída pela população empobrecida, filhos de trabalhadores, em sua maioria negra - deverá atentar para o perfil psicológico e o quadro adverso em que se desenvolve a socialização desse seu público-alvo.

A escola tem o papel preponderante para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados ao propiciar conhecimento científico, registros culturais diferenciados e conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, além de conhecimentos avançados indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos igualitários.

A democratização da escola pode (e deve) ser incentivada e garantida pela direção, pela supervisão, pela orientação pedagógica e por outros setores responsáveis; mas jamais vai se implantar se não houver vontade, interesse, “consciência” de alunos e pais e/ou responsáveis. (PEREIRA, 2005 *apud* ROMÃO, p. 46, 2005)

É nesse momento que o conhecimento da história, a valorização das relações étnico-raciais e ações educativas fazem diferença na formação de cidadãos que repudiam as discriminações raciais (racismo). Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar tendo pro base a educação antirracista, é necessário que constituam um espaço democrático

de promoção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam uma sociedade justa elevando a educação que promova a justiça social.

Na visão de Munanga (2005), não é essencialmente esse o trabalho que as equipes pedagógicas vêm desenvolvendo nas escolas. O meio escolar por diversas vezes tem contribuído para a prática ou reprodução do racismo, preconceito e discriminação racial sejam por meio do aspecto físico, moral ou religioso. Esta percepção tem herança desde a colonização do Brasil e se perpetua na educação brasileira, por meio naquilo que se denomina racismo institucional que insiste em permear a gestão educacional. Assim, é importante construir diálogos acerca das vivências sobre o racismo, para descolonização institucional no ambiente escolar.

Segundo Pereira (2005), a escola continua sendo o meio mais importante de inclusão do sujeito, os menos favorecidos depositam nas escolas públicas a esperança de melhorias significativas na vida do sujeito até então excluído. Temos também as escolas privadas que em sua maioria oferece um ensino considerado de qualidade elevada comparada às escolas públicas e que atendem a uma classe tida como abastecida em nossa sociedade. Essas instituições particulares, assim como as públicas, têm a função de educar e conscientizar seus alunos para o crescimento social e a consciência igualitária.

Pereira (2005), destaca que todas as escolas possuem essa obrigação, mas as escolas particulares por cobram mensalidades pelos serviços educacionais, possuem melhores estruturas e conseqüentemente os alunos dessas escolas dispõem de benfeitorias que as escolas públicas nem sempre têm ao seu dispor, apesar de contarem com recursos governamentais.

O autor observa contudo que a educação pública em nosso país vem mudando sendo que o Estado vem sistematicamente investindo mais na educação básica, ensino técnico e superior nos anos de 2003 a 2016. Dessa forma, o país cresce, desenvolve uma mão de obra mais capacitada e intelectualizada, embora o desenvolvimento social não seja principal motivo para este investimento.

Santos (2001) menciona que na década de 1980 alguns pesquisadores fizeram levantamentos das práticas que poderiam ser tidas como racistas dentro da escola, um bom exemplo dessa prática são os livros didáticos, que em sua maioria trazem a pessoa negra em posição inferior aos brancos. Nas suas ilustrações o afrodescendente é o trabalhador de classe não qualificada, as mulheres são amas-de-leite, que não possuem família e até com traços animalizados, já o papel de pessoa bem-sucedida fica com o branco. Essa prática tem influência com a formação dos alunos, já que o livro didático é um meio de apoio no aprendizado ofertado na escola.

Outra forma de promover o racismo é por meio da omissão: no relatado de Cavalleiro (2006), abaixo, em

sua experiência como assessora e docente em um projeto de educação intitulado “A interação plurirracial em meio escolar”, através da fala dos profissionais de educação perceber-se que, mesmo os professores tendo conhecimento das construções sociais estereotipadas dos negros nos livros didáticos, esses professores, continuavam a trabalhar o material em sua totalidade sem distinção ou senso crítico sobre o conteúdo. Assim, a perspectiva depositada nas crianças negras por parte de seus professores era menor que a credibilidade dada às outras crianças, apontando sobre o que realmente os docentes pensam ou acreditam sobre igualdade racial, racismo, discriminação, sem buscar compreender o que o aluno sente, com invisibilidade social. A maioria dos docentes acreditava que o problema da discriminação tinha raiz na família, negando que o racismo é uma questão social, institucionalizado em toda sociedade. No relato abaixo fica notório a discriminação e o preconceito, por meio a falta de credibilidade:

Em várias falas se revelava a existência de uma menor expectativa por parte dos professores diante de crianças negras, como pode ser ilustrado pela fala de uma professora, que revelou ter ficado assustada quando chegou numa escola nova e encontrou a sala “cheia de meninos... e “tudo” assim... escuros... negros” (diz baixinho e com constrangimento). Diz que ficou preocupada, imaginando que o trabalho não daria certo; que seria uma classe de indisciplinados. A surpresa, segundo ela, foi à classe ter se revelado ótima, de excelentes alunos... Educados e estudiosos”. (SANTOS, 2001 *apud* CAVALLEIRO, 2001, p. 104)

A discriminação racial e o racismo são uma questão social e devem ser tratado com muita atenção por professores, pais, alunos e todos que constituem a comunidade escolar, sendo o papel fundamental do professor promover ações educativas em combate a todo tipo de preconceito e discriminação. Isto porque as temáticas raciais, sobre orientação sexual, identidade de gênero, bullying e outros assuntos estão previstos nas partes diversificadas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC e aqui, no Distrito Federal, são abraçados pelas teorias pós-críticas, alicerces do Currículo em Movimento da Secretaria de Educação. Portanto, a escola é a instituição que está em contato direto com as crianças diariamente, devendo realizar discussões, debates e atividades para abolir esse mal (racismo), que afeta as crianças negras, indígenas, asiáticas entre tantas outras questões sociais que adentram a escola. As instituições de ensino não podem ser coniventes com esta prática, devendo romper com toda institucionalidade ou banalização do racismo no cotidiano escolar e cabe à gestão da escola promover projetos interdisciplinares na promoção da igualdade racial.

Professora Planejando as atividades da Semana Santa pergunta

aos alunos: Vamos fazer um teatro sobre a paixão de Cristo. Para tal, precisaremos de um aluno que se disponha a fazer o papel de Jesus. Quem topa? A.A.B. criança negra, extrovertida, responde: eu topo. Silêncio absoluto. Ninguém diz nada nem as outras crianças brancas, nem a professora. Após cinco segundos é o A. quem quebra o silêncio: Pode deixar não quero mais não!! A professora contou o episódio para a vice-diretora pedindo para que não comentasse o ocorrido com os pais do aluno, pois a mesma afirma ter ficado desarmada, sem saber o que falar. (BRITO, 1998, p. 57)

No relato acima, o silêncio foi o instrumento de discriminação para com o aluno que desistiu de interpretar o papel de Jesus Cristo na peça teatral. A reação da classe, que demonstrou espanto com a intenção de seu colega em representar Jesus Cristo, acontece porque a imagem atribuída a Jesus é de um homem branco, de olhos claros, cabelos lisos e claros, heterossexual, judeu e rei (eurocentrismo), ou seja, dentro dos padrões europeus, diferente do aluno que se propôs a interpretá-lo, que era negro, fato que o desqualificou do papel. O despreparo apresentado por parte da professora, que com seu silêncio legitimou o ato discriminatório, mostra a deficiência que o sistema educacional brasileiro apresenta ao tratar de assuntos que abordam a questão do racismo em sala de aula.

Conforme afirma Silva (2005), a educação formal brasileira vem se deparando com questões que outrora não tinham visibilidade no cenário nacional devido o silenciamento ao qual eram submetidos. Entre elas podemos destacar o estranhamento das tradições culturais de matrizes africanas. Não há dúvidas de que esse assunto se encontrava ausente, excluído do rol de preocupações de quase totalidade dos especialistas de ensino. Ao emergirem temas que não são necessariamente novos, mas que se traduzam novos para educadores entorpecidos pelo olhar hegemônico de inspirações eurocêntricas a pensarem alternativas para os rumos da escola.

Silva (2005), ainda afirma que, a forma como a educação brasileira é aplicada nas instituições de ensino em geral, faz com que a discriminação racial comece no ambiente escolar, já que se tem uma doutrinação cristã e europeia que distanciam os negros e indígenas de suas raízes, inviabilizam a história africana e dos povos originários. Como consequência, se promove a cultura eurocentrista dominante em detrimento da cultura africana e de povos originários desqualificando sua manifestações artísticas, religiosas e sociais.

Essas ações trazem uma deturpação das manifestações afro-religiosas, afrogastronômicas, e afro-culturais que passam a viver às margens da história oficial do nosso país, que precisa admitir que a influência do povo negro escravizado e dos povos indígenas, que foram fundamentais para a formação do povo brasileiro e não pode ficar fora dos livros didáticos e nem dos (PCNs),

assim como dos temas transversais. Se esse reconhecimento não acontecer, não há como trabalhar a igualdade racial nas escolas, já que em grande parte ensina-se a visão da história, dos europeus. A educação no Brasil reflete a submissão ao modelo hegemônico educacional europeu, desprezando assim, sua própria cultura, que possui elementos de cultura indígena e principalmente de cultura negra.

A importância da cultura afrodescendente na educação escolar

Consoante Cruz (2005), durante séculos, os negros tiveram apagadas e invisibilizadas sua história, suas lutas e conquistas de construção da formação da sociedade brasileira. Isto se dá por quem fez os registros históricos, seja nos livros, seja nas políticas públicas. Do negro sempre foi relatada a sua condição de escravo, cativo da África, que veio ao Brasil para trabalhar nas lavouras e engenhos, sem explicar de fato como foram trazidos, tratados e explorados. Para Carneiro (2005), o epistemicídio se concretiza através de múltiplas ações que se alinham com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro

A negação da identidade, da racialidade negra, no qual a miscigenação é um operador, implica no plano político em destituir o negro da condição de um grupo de interesse a ser reconhecido, é uma estratégia de controle e anulação do sujeito político. Em relação a esses danos que a educação escolar e na família em geral se omite, silencia, e permite sua perpetuação comprometendo a autonomia das pessoas negras. (CARNEIRO, 2005, p, 282)

De acordo com Cruz (2005), não se encontram registros de participações dos negros em momentos importantes da consolidação da independência da república, e na formação social de nosso País e, para obter essas informações, deve-se procurar especialistas que empenham grande parte de suas vidas para não deixar essa história ocultada se perder. A participação dos negros no Brasil desde o seu descobrimento foi de extrema importância, pois os povos negros e indígenas foram os grandes construtores dessa nação.

Em conformidade, Munanga (2004) rela que essa omissão levou ao esquecimento à trajetória dos negros, as contribuições, as participações em batalhas, nas organizações agrícolas, econômicas e religiosas de nosso país. Devido a essa omissão não nos demos conta de que cada igreja, cada engenho, cada lavoura e cada casa erguida no período colonial, imperial e republicano, contaram com o trabalho, o suor e o sangue dos negros e que, posteriormente, não tiveram sequer a oportunidade de poder visitar esses lugares depois de prontos. E assim foi se construindo uma história do

Brasil branco, que não se assume a participação ativa desse povo que veio trazido do continente africano à força, sem nenhum direito de escolha e nem onde queria trabalhar e cujo corpo era vendido como animais irracionais e sem alma. Além disso, os negros eram visto como objetos particulares de seus donos.

O autor ainda relata que a inclusão de uma temática transversal que realmente contasse a verdadeira história da população negra na construção desse país foi resultado de diversas lutas. Uma história que não se restringe apenas àquelas famosas contribuições como acarajé, samba e capoeira que são veiculadas nos livros didáticos. A contribuição dos afrodescendentes é muito mais na formação da sociedade, na questão das políticas raciais e na participação econômica.

Hoje, conseguiu-se que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 em seu artigo 26A, fosse alterada para a introdução da história e da cultura negra afro-brasileira e indígena nos currículos das escolas da Educação Básica, do Ensino Superior e das escolas privadas. A inclusão vem como uma temática e não como uma matéria, mas que sejam enfatizadas principalmente nas disciplinas de história, artes e literatura, tem sido alvo de aprofundadas e qualificadas reflexões para todo contexto educacional, no campo curricular, para os sistemas de ensino, para a construção dos planejamentos, para a prática docente e elaboração de materiais didáticos, paradidáticos e literários, criando engenharias que possam construir uma sociedade mais consciente de sua ancestralidade. Nesse sentido, é de grande importância refletir sobre como as alterações do artigo 26-A da LDB são significativas para pensar didático e pedagógico.

A partir do momento em que as questões da cultura, das heranças e da tradição africana e afro-brasileira forem contempladas na sala de aula, a estima da população negra se elevará, deslanchará o interesse pelo estudo da sua própria história. Isto porque o que ocorre hoje em sala de aula é que os conteúdos relacionados ao tema Preconceito Raciais, são trabalhados apenas em datas comemorativas, como o Dia da Abolição da Escravatura (13 de maio) e o Dia da Consciência Negra (20 de Novembro), quando caem em dia letivo. Além disso, apenas alguns educadores trabalham o tema o que sinaliza que para alguns a temática não é de grande importância, esquecendo até mesmo de sua própria origem.

Cunha Jr. (2005), destaca outro ponto importante, que é o reconhecimento dos líderes que lutavam dura e bravamente para conquistar não só a própria liberdade, mas a de todos os negros do Brasil, dando suas vidas e tendo como recompensa o descaso e o esquecimento das gerações posteriores a eles, gerados por uma omissão das elites pensadoras que se preocupavam em valorizar e impor a cultura europeia como a única a ser estudada, divulgada e respeitada em nosso País. Neste

sentido, Ribeiro (2018) aponta que, ao se tratar de práticas educativas no Brasil, não se pode desconsiderar sua realidade, pluralidade, contextos, objetividades e subjetividades históricas e socioeconômicas, sendo um país com dimensões continentais, está consequentemente marcado por sua diversidade cultural e racial. Por outro lado, a organização da escola reflete a organização da sociedade e suas instituições (escola/família/igreja/partidos), destacando as projeções criadas no tocante de humanidade e a complexidade das relações entre os diferentes sujeitos e grupos sociais que as compõem. Assim, nelas revelam-se as contradições e os conflitos que se manifestam por meio dos indivíduos que cotidianamente nela se inter-relacionam (ibidem, 2018).

Portanto, enfatiza Munanga (2004) que o sistema educacional Brasileiro tem a obrigação de trabalhar em sala de aula temas que contemplam a Cultura Afrodescendente, a história da resistência do negro no Brasil, assim como suas contribuições socioculturais que, durante muitos séculos foram omitidas por governantes, intelectuais e principalmente, pelo sistema educacional brasileiro, que valorizou apenas a participação europeia na construção dos conhecimentos que envolvem a história da nação brasileira, contribuindo de forma direta com a discriminação racial no Brasil. Sendo assim, se a introdução de dados de forma geral, verdadeira e positiva sobre a participação do negro na construção da identidade do brasileiro for incluída nas escolas, certamente contribuirá para a formação da identidade do educando negro de forma positiva, bem como a extinção do preconceito racial.

O professor na construção da identidade do educando negro

Ribeiro (2012) afirma que o racismo faz parte do cotidiano escolar e prejudica o desenvolvimento do educando negro e indígena, não somente no processo escolar, mas também nas relações com todos os envolvidos.

O racismo faz parte do cotidiano escolar e afeta a relação entre alunas/os e professoras/es e também afeta o desenvolvimento das/os alunas/os que são cometidas/os por preconceito racial. Em minhas experiências educacionais, em vários momentos as/os estudantes referiam-se a alunas/os negros como: macaco, negra maluca, negra/o safada/o, só podia ser coisa de negra/o, negra/o quando não caga na entrada caga na saída e outros colóquios que fazem parte do cotidiano escolar, são representações do grau de preconceito reproduzidas em diversas instituições sociais tais como família, escola, igreja e Estado. (RIBEIRO, p. 04, 2012).

No relato em que o autor cita suas experiências, nota-se falas inicialmente “normais”, “ingênuas”, “brincadeiras”, tudo que se coaduna com o racismo recreativo,

porém, não menos agressivas, racistas, tendenciosas, discriminatórias e criminosas que qualquer uma outra em referência ao preconceito racial. Cabe ao professor, educar, esclarecer quanto a gravidade dessas falas que são enraizadas nas famílias, sociedade e reproduzidas no ambiente escolar. Desta forma estará cuidando em trazer orgulho de suas descendências no educando negro. Não se sentir envergonhando das suas origens, suas raízes, é muito importante na construção da identidade dos afrodescendentes, o papel do educador nesse processo é como mediador da produção do conhecimento, formador de opinião.

Os saberes para a prática pedagógica onde se pode combater o preconceito racial converte-se em uma questão para qual a escola deve estar aberta a fim de produzir conhecimento em forma de credenciar as/os professores no combate e tais práticas, ou seja, a escola deve ser a principal base de combate na luta. Inverter esse quadro no cotidiano escolar deve ser para a escola e o educador um marcador de divisão. (RIBEIRO, p. 8. 2012).

A comunhão entre esforço do professor educador e o interesse da escola a promover o combate ao racismo é importante para ter sucesso no processo, pois de acordo com RIBEIRO (2018), é notória que a questão da construção da identidade no aluno negro vai muito além de cumprir obrigações de uma lei estabelecida, essa construção se dá primeiramente em cada um, é como uma internalização, o professor não pode ocultar seus conhecimentos em sala, já que nas escolas não há, em sua maioria, assim como na escola pesquisada pelo autor, um projeto específico que trabalhe as temáticas sobre preconceito racial.

O professor deve ir em busca do conhecimento, através de cursos de formação continuada, pesquisas, observações entre tantos outros meios que o educador tem para se aperfeiçoar, e principalmente atuar para o orgulho negro e o respeito às diferenças sejam afixados na vida dos alunos, não somente em sala, mas também enquanto cidadãos que abominam todo tipo de desigualdade, tornando-se sujeitos emancipados, respeitosos e orgulhosos de si e dos outros em suas diversidades, sejam em gênero, cultura, raça ou etnia.

O autor enfatiza também a importância da escola ter um projeto institucional fixo, que facilite e possibilite um trabalho digno por parte do professor no combate ao racismo e na formação da identidade do aluno negro, assim como se faz importante o companheirismo dos colegas de trabalho, seja outros professores ou gestão escolar, pois do contrário o autor acredita que a falta de interesse em todos os envolvidos no ambiente escolar, em combater o racismo poderá passar a falsa impressão de que não se faz importante esse combate na escola.

O conhecimento da história, a valorização racial, respeito à

diversidade e ações educativas fazem diferença na formação de cidadãos que repudiam as discriminações raciais e os outros diversos modos de preconceito. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que constituam em espaço democrático de promoção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam uma sociedade justa, digna e soberana. (RIBEIRO, p. 6, 2012)

A valorização da história e cultura negra está diretamente ligada ao êxito, na construção da identidade do aluno negro, promovendo igualdade social e respeito, o que ocasiona uma sociedade íntegra, promotora de direitos e oportunidades em iguais escalas sem a interferência da cor da pele, cultura ou quaisquer outros aspectos, pois esses não interferem na capacidade do sujeito. Sendo esse o meio mais plausível e justo, para se obter sucesso quando se quer obter orgulho na identidade dos afrodescendentes.

Resultados

Respondendo à problemática do presente artigo: Qual o papel do professor na construção da identidade do educando para uma cidadania antirracista? Mediante as investigações feitas por meio das leituras sobre a temática proposta, é percebido que o papel do professor na construção da identidade do educando, é de um profissional que possibilite uma educação crítica com ética social; um orientador que permite uma reflexão ativa em sua prática pedagógica partindo das experiências reais de seus educandos; construindo coletivamente sentimento de pertencimento aos grupos sociais; promovendo ações de conhecimentos e habilidades para a promoção da igualdade racial, com vistas a formar um cidadão em sua totalidade, com ênfase na ética, moral, civilidade, respeito, diálogo fundamentando-se nos princípios éticos, políticos e estéticos presentes na BNCC. É por meio de exploração da cultura e história afro-brasileira e dos povos originários que poderá obter respeito, orgulho, sentimento de pertencimento e também contribuir na aquisição de conhecimentos significativos para a transformação da sociedade.

Verificou-se que existem dificuldades a serem superadas pelos professores que pretendem ultrapassar a obrigação de cumprir apenas leis, mas que querem incluir como rotina o olhar de repúdio a não aceitação da origem negra, indígena ou o racismo, para sucesso nessa transformação, o olhar atento a qualquer indício preconceituoso, seja na fala de um colega, ou em um livro didático ajuda de fato o professor na desconstrução de estereótipos preconceituosos.

Dentro da realidade da educação brasileira inserida em um contexto político, social, cultural e religioso, são enfrentados pelas/os professoras/es diversas barreiras para realizar

um trabalho coerente acerca da visão dos direitos humanos. Há diversas dificuldades enfrentadas e questionadas por familiares, coordenadoras/es, diretoras/es e professoras/es quando se fala em temáticas da sexualidade, relação de gênero, relação racial, visto a prevalência de uma política de poder capitalista, heteronormativa, machista e patriarcal, sendo que o estudo está dirigido a relações etnicorraciais. (RIBEIRO, p. 05, 2012).

Foram caracterizadas também, algumas atitudes que a escola precisa executar ao comprometer-se para um trabalho conjunto ao docente na conscientização, principalmente em aniquilar o preconceito, começando dentro da própria instituição, sendo preciso formação permanente e continuada, projetar ações com foco nos problemas centrais enfrentados pela instituição, pois segundo Ribeiro (2012), a escola é sim palco de atitudes preconceituosas, mas “deve efetivar sua prática pedagógica com ações afirmativas para o rompimento de preconceito, sendo que, essas ações devem desconstruir atitudes e ações excludentes, racistas, existentes no cenário escolar”.

Considerações finais

Com base em pesquisas bibliográficas Gomes (2017), Gomes (2013), Munanga (2005), Ribeiro (2012), e outros, embasado em práticas educativas obtidas em relatos de diversos artigos, evidencia-se que o professor pode sim, transformar os sentimentos de não pertencimento de estudantes discriminados em orgulho. Transformar medo em segurança, ódio em amor. Se, tratando da identidade, objetividade, subjetividade e aceitação do educando negro, inserindo em sua prática pedagógica a exclusão por modo de conscientização de algumas falas, atitudes e olhares preconceituosos dentro de sala e no cotidiano escolar, estará contribuindo para formação respeitosa do sujeito. O uso da criatividade por parte do docente ao abordar de maneira positiva e real a

história do negro no Brasil, pode ser decisivo no resultado final da temática.

É inegável que a escola precisa fazer esforço para que tenha um trabalho conjunto com o professor, promovendo discussões, debates e dando foco ao assunto em seu Projeto Político Pedagógico, sendo o professor um apoiador e não menosprezando o aprendizado acerca da história real que abrange o povo negro.

No Brasil, a educação, de modo geral, e a formação de professores, em específico - salvo honrosas exceções -, são permeadas por uma grande desinformação sobre a nossa herança africana e sobre as realizações do negro brasileiro na atualidade. Ainda quando se fala em África na escola e até mesmo no campo da pesquisa acadêmica, reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão (GOMES, p. 74, 2013)

Fica notório que existe muito a ser feito no contexto escolar, o trabalho conjunto feito com esforço e seriedade pode ser decisivo no futuro na formação de uma sociedade livre de estereótipos e preconceitos raciais que promovem a desigualdade em nosso meio. O inter-olhar do professor em sala, cessando com todo tipo de manifestação que se configure racista, que possa envergonhar o aluno negro, seja em pequenas atitudes ou palavras mesmo que julgadas inocentes ou recreativas, pode passar o oprimido ao papel de apropriado de sua raça e sua história que foi, e é, de suma importância para nós brasileiros, assim agregamos valores, orgulho, considerações e gratidão aos negros, que são ancestrais da maioria dos brasileiros.

Para que a prática pedagógica seja eficiente é preciso formação permanente e continuada do professor, que permeie por temáticas que enfatizem a diversidade, direitos humanos, inclusão e exclusão, a instituição escolar deve ser a porta de entrada para debates que incluam toda comunidade escolar, vinculando à sua proposta pedagógica, projetos que abarquem temáticas com olhar na integralidade do estudante. ■

Referências

- ARINOS, Afonso. **As origens da lei no coração do nosso povo**. Realidade, nº 19, outubro, 1967.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: DF, Outubro, 2003.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL
- BRITO Benilda R. B. **Negro x Biologia**. In **Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural**. Florianópolis: NEN (Núcleo de Estudos Negros), 1998.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

- CALHAU, Lélío Braga. **Bullying: o que você precisa saber**. RJ, Impetus, 2009.
- CUNHA JR., Henrique. **Nós, afro-descendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira**. In ROMÃO, Jeruse. (Org.) **História da Educação Negra e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. 2005.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros**. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.) **História da Educação Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. 2005.
- FELICI, Renísia Cristina Garcia. **Por uma visão histórico-dialética da cultura brasileira**. In GODOY, Claudemiro (org.) **Versos e reversos da educação**. PUC Goiás. 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GODOY, Arilda S., **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, In Revista de Administração de Empresas. Mar/Abr. 1995.
- GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola. In: CANDAU, Vera (org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia IN: BRANDÃO, André Augusto. **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**, Ed. EDUFF, Rio de Janeiro, 2004.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- MEC. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. In: MUNANGA. Kabengele, (org.) **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. 2005.
- MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- ONU/DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações (1948), UNIC/ Rio de Janeiro, 2009.
- PEREIRA, Amauri Mendes. Escola: Espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, Jeruse (org.) **História da Educação Negra e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. 2005.
- RIBEIRO. Alex Leonardo. Discriminação Racial: a visão do professor mediante o racismo na escola – **Revista de Ciências Sociais e Humanas**. Vol. I. Nº I. 2012. ISSN: 2316-5936 Disponível em: <http://www.icsh.com.br/revista>
- RIBEIRO. Alex Leonardo. História e Educação: Políticas Públicas de implementação do artigo 26-A da LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação. **Revista Acadêmica, educação, tecnologia e negócio**. Vol I. Nº I. 2018. <https://www.faculdade.jk.edu.br/edicao-actual-revista>
- SOUZA, Elizabeth Fernandez. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e Pluralidade Cultural. In CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus. 2001.
- SILVA, Geraldo da & ARAUJO, Márcia. Da interdição escolar às educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (Org.) **História da Educação Negra e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. 2005.
- TRINDADE, EzoildaLoretto. SANTOS, Rafael (Org). **Multiculturalismo: Mil e Uma Face da Escola**. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.